PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

FLÁVIA CRISTINA REGILIO ROSSI

No debate teórico latino-americano sobre democracia e participação, a Professora Evelina Dagnino é uma referência inquestionável. Isto porque, ao longo de sua trajetória, Evelina realizou reflexões contundentes sobre temas ligados à cidadania, aos movimentos, à democracia e à democratização do Estado e da sociedade que acabaram por embasar uma ampla gama de estudos nacionais e internacionais. O desenvolvimento da noção de cidadania, por exemplo, foi uma de suas contribuições mais audazes, sobretudo por atribuir a ela possibilidade de operacionalizar uma estratégia de construção da democracia (e de transformação social), assim como de servir de nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. O vínculo que estabeleceu entre cultura e política, aliás, trouxe novos olhares para velhos dilemas brasileiros, o que reforçou também o caminho em direção à ampliação dos limites do campo da Ciência Política a partir da década de 1990 no país.

Além de conhecer a trajetória dessa importante pesquisadora, dentre outros aspectos, nesta entrevista o leitor se deparará com sua visão sobre a relação entre a temática de gênero e suas escolhas teóricas e de pesquisa; e, em não menor medida, entenderá como a diversificação da Ciência Política brasileira esteve vinculada ao processo de construção da democracia das últimas décadas. Encontrará, por fim, o vislumbre de um balanço (que há de ser feito) em torno das escolhas teóricas e das práticas políticas da disciplina diante do delicado cenário da atualidade.

Avessa ao pessimismo puro, vale destacar o entusiasmo de Evelina ao mencionar os avanços produzidos na construção da democracia e da cidadania, especialmente se direcionarmos nosso olhar para as questões de gênero e de raça. Com lucidez, ela atribui esses avanços à capacidade dos movimentos sociais em dar concretude a essas questões nos espaços de disputa política e de ideias.

A modo de encerramento, tomo licença para um comentário de ordem pessoal. Eu tive a sorte de ser integrante da última turma da pós-graduação em Ciência Política da Unicamp que pôde cursar uma disciplina com a Professora Evelina antes de sua aposentadoria. “Cultura, Política e Democracia” foi uma disciplina memorável. Sinto-me duplamente honrada: pela oportunidade de cursá-la e por realizar a entrevista que se segue.

Auto-apresentação

EVELINA DAGNINO

Cientista política por formação (Universidade Federal de Minas Gerais e Stanford, na Califórnia) e cientista social por vocação, a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) foi a moradia de toda a minha vida profissional. Mas explorar outras paragens, atravessar fronteiras física e intelectualmente é algo que sempre me moveu. Por outro lado, uma certa obsessão pelo processo de "construção democrática", talvez derivada da experiência com a ditadura e pelo papel nele da cultura, no seu sentido amplo, conduziram o meu trabalho todos estes anos. Muito mais do que contribuir para o "progresso da ciência", minha vontade mais forte foi sempre tentar entender aquele processo na sua complexidade e buscar responder aos seus desafios e a sua possibilidade de futuro. O papel dos movimentos sociais, a partilha do poder e a participação da sociedade, a questão da cidadania, foram os faróis que me guiaram, pois são centrais no debate político sobre a construção democrática.

O que hoje vivemos, no Brasil e no mundo, atesta, de um lado, a relevância das questões que me animaram; mas, de outro, é gritante a evidência dos obstáculos que elas enfrentaram e enfrentam. Se, confesso, uma profunda tristeza e desesperança recobre, para mim, este momento, não quero deixar de registrar minha maior alegria como cientista política: receber o reconhecimento dos meus alunos, especialmente alunas, e vislumbrar, no percurso da grande maioria deles, pedacinhos de mim mesma e das minhas "viagens" intelectuais e políticas.

Termino esta "autoapresentação" – já com cara de autonecrológio (!) – com mais uma nota alegre: minha enorme satisfação com o espaço que essa nova geração de jovens mulheres vem ocupando na Ciência Política e na ABCP, do qual este projeto de entrevistar as mulheres cientistas políticas é uma amostra. Estou segura que as novas fronteiras, os novos caminhos e travessias que elas trazem, ao lado dos seus aliados, vão oxigenar ainda mais a disciplina e contribuir para construir ferramentas que nos permitam resgatar a possibilidade de um futuro democrático.

Entrevista

Flávia Cristina Regilio Rossi: *Entrevista com a professora Evelina Dagnino. O primeiro bloco trata da sua trajetória na Ciência Política. Gostaria que você falasse um pouco, apresentasse a sua trajetória profissional: formação, as suas filiações institucionais...*

Evelina Dagnino: Para falar sobre formação, talvez devesse mencionar o fato de que fiz o curso normal e o folclore que existia na minha família era de que eu, desde pequenininha, dizia que seria professora de crianças excepcionais. Depois do normal, entrei na universidade, em 1964, para fazer algo que, na época, se chamava Jornalismo – contra a vontade do meu pai, que dizia que não era uma carreira respeitável para mulheres, mas queria que eu fizesse engenharia, como ele!!! Não tinha a menor ideia do que fazer e as pessoas diziam: "Ah, você escreve bem, vai fazer Jornalismo", por isso fui fazer Jornalismo. A única disciplina que prestava nesse curso era, justamente, a de Ciência Política, cujo professor titular, Leônidas Xausa – ótimo e que foi aposentado em 1968 – recrutava alunos para fazer o mestrado de Ciência Política em Belo Horizonte, pois havia essa conexão Porto Alegre – Belo Horizonte.

FCRR: *Mas o Jornalismo você fez na Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], em Porto Alegre?*

ED: Sim, na Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde nasci. Passei um ano ainda fazendo cadeiras especiais no curso de Ciências Sociais, para complementar essa formação tão precária do curso de Jornalismo, e fui para Belo Horizonte fazer o mestrado em Ciência Política. Antes de terminar o mestrado, o meu orientador, que era um professor porto-riquenho, americano, me perguntou se eu não gostaria de estudar fora. Isso foi em plena ditadura e eu tinha sido presa – foi uma experiência desagradável, digamos assim, embora não muito grave, porque foi rápida e sem grandes consequências –, portanto o clima era muito opressivo e a vontade de sair do país era muito grande, embora nunca tivesse me passado pela cabeça fazer um doutorado e muito menos nos Estados Unidos, onde era o caso, pois ele tinha acabado de ser convidado para trabalhar na universidade de Stanford, na Califórnia. Aceitei fazer o doutorado e fomos eu e dois colegas brasileiros do programa de mestrado em Belo Horizonte. Fiquei em Stanford até 1973, quando recebi um telefonema do Paulo Sérgio Pinheiro que era do departamento de Ciência Política da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] me convidando para trabalhar lá.

FCRR: *Ou seja, você terminou o doutorado e ele te convidou.*

ED: Não, terminei os créditos, mas não a tese. Achei muito legal e fui pesquisar onde ficava Campinas! Anos antes, no fim do mestrado, quando não sabia direito o que fazer, fui procurar no Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento] o Paul Singer – que havia conhecido em um seminário e era uma figura muito acessível e simpática – para conversar sobre perspectivas de futuro e ele disse que tinha acabado de ser criada uma universidade em Campinas e que era muito interessante. Fiquei com aquele registro na cabeça e a vez seguinte em que Campinas me apareceu foi nesse telefonema do Paulo Sérgio. Voltei dos Estados Unidos diretamente para Viracopos, em Campinas, e, no aeroporto, na minha chegada após de três anos fora do Brasil, estavam lá o Paulo Sérgio e outro colega do departamento me esperando. Foi muito emocionante. Isso foi em junho de 1973 e fui contratada em outubro, porque os contratos demoravam um pouco, e lá fiquei por 40

anos e 8 meses como professora efetiva e, até agora, como professora colaboradora. Em termos de filiação institucional, básica, fundamental, a Unicamp percorre toda a minha vida.

FCRR: *Você ajudou a construí-la.*

ED: Com certeza. Pelo menos o mestrado em Ciência Política e depois o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas [IFCH] que era minúsculo. Isso explica um pouco o fato pelo qual demorei muito tempo até finalmente acabar a tese. Éramos cinco pessoas no começo e se criou um mestrado, dávamos conta da participação na graduação, no mestrado em Ciência Política. Era um trabalho insano, muito diferente dos anos posteriores.

FCRR: *Era o curso de Ciências Sociais e vocês já começaram a...*

ED: Em 1975, iniciamos a primeira turma de mestrado.

FCRR: *Mestrado em Ciência Política?*

ED: Sim, em Ciência Política. E em termos de filiação institucional, dei aula em várias outras universidades também. O período mais longo foi em Yale, nos Estados Unidos, que passei um ano dando aula – de 1990 a 1991. Depois, dei cursos curtos em outros lugares: Gotemburgo, na Suécia; em Buenos Aires; Costa Rica; Filipinas; aqui na PUC de São Paulo [Pontifícia Universidade Católica], onde depois que me aposentei, dei um curso curto também, mas a Unicamp é o meu terreno, sempre foi.

FCRR: *E como foi essa experiência de ajudar na construção da Unicamp, no desenvolvimento da pós-graduação para o mestrado, doutorado na Ciência Política? Como avalia?*

ED: Foi, evidentemente, uma experiência interessante, mas diria que tive um papel muito subalterno nisso. Com certeza, fui mão de obra, pois se trabalhava muito, mas em termos de concepção geral do programa, havia outros colegas que tiveram muito mais importância em definir esses rumos – talvez isso se ligue um pouco até com outras questões que há no seu roteiro de entrevista. Para esclarecer um pouco, o mestrado em Ciência Política foi criado em torno de dois eixos fundamentais: a questão do Estado e a questão da classe operária. Isso refletia, exatamente, o pensamento hegemônico no departamento nesse momento. Depois, evidentemente, ele se ampliou muito. A segunda questão é sobre áreas de interesse?

FCRR: *Isso, já dá para articular.*

ED: Já dá para articular, porque a questão da classe operária e do Estado, toda a problemática que envolve esses dois eixos e a sua conexão não eram exatamente a problemática que me interessava mais. No mestrado e depois também no doutorado, embora com certa inflexão em relação à questão do Estado, estava muito mais interessada nas relações entre cultura e política – e acho que até hoje é um dos meus eixos fundamentais de trabalho, sempre foi. Na minha tese de doutorado, acabei fazendo um pouco essa inflexão, porque fui pensar a questão da produção ideológica do Estado nos anos de 1930 a 1945. É uma tese de quase 500 páginas que nunca traduzi nem publiquei e ela é muito curiosa, porque começa – e isso também se relaciona com outra questão – como um trabalho teoricamente baseado fortemente na teoria marxista clássica, digamos assim, e termina, literalmente, porque é o último capítulo, gramsciana. É uma tese esquizofrênica, porque, nesse último capítulo, me dediquei à análise de uma revista do Estado Novo chamada Cultura Política em que, de fato, não mais a produção ideológica no sentido estrito é analisada, mas a produção cultural

do Estado. Fiz uma tese sobre 1930 a 1945 na onda de quase todos os cientistas políticos que atuavam no país nesse momento, em plena ditadura, de estudar não o contemporâneo, mas as experiências históricas, nos voltamos para a história política. Se você examinar as teses e os trabalhos desse período, verá que uma enorme quantidade fez esse percurso. Era muito difícil falar sobre o que estávamos vivendo, por isso buscávamos um pouco o refúgio das experiências do passado. No meu caso, como não era possível estudar a ditadura corrente, pensei em estudar a ditadura passada, embora tenha tido grandes surpresas, porque aquilo que corria como sendo a ditadura varguista, na verdade, era muito mais do que isso, muito mais interessante e em termos de criatividade política, digamos assim, ficava a quilômetros de distância da experiência que estávamos tendo com a ditadura militar do pós 1964.

FCRR: *Você está falando da sua trajetória na tese, houve algum problema com essas mudanças no processo de entrega da tese, por exemplo, no momento de passar pela banca...*

ED: Não, porque era uma tese escrita em inglês para ser defendida, examinada, na Califórnia, ela não passava pelo Brasil, ou seja, não foi um problema. Havia problemas de uma relativa repressão dentro da universidade, no instituto, durante a ditadura? Sim, havia e está relatado até em outros lugares. Tive um colega que, inclusive, por razões várias, não só por essa, acabou deixando o departamento, pois ficou muito amedrontado depois que soube que as suas aulas estavam sendo gravadas. Imagina, naquele período, ele se sentiu ameaçado. Não apareceu nada de muito concreto, mas, enfim, esse clima de medo – nesse caso específico – juntado a outros fatores pessoais da sua vida, fez com que ele, simplesmente, abandonasse a universidade e depois abandonasse a profissão, inclusive. Só queria completar um pouco essa questão sobre áreas de interesse, porque se a questão das relações entre cultura e política já estava ali muito antes, acho que, não por acaso, ainda durante a ditadura ou durante a resistência à ditadura, ela se inseriu dentro de um contexto teórico, político e empírico até, distinto, que era a questão da democracia. Houve um pouco esse encaixe das relações entre cultura e política na questão da construção democrática e da importância que isso teria ou não no processo dessa construção. Assim, surgiram várias direções que o meu interesse e que o meu trabalho assumiram. Por exemplo, a questão dos movimentos sociais enquanto agentes da resistência e portadores de uma visão distintiva sobre as relações entre cultura e política; e, de outro lado, a questão da cidadania. Esse conjunto de questões marcou o meu trabalho durante todos esses anos.

FCRR: *As influências: obras, autores, teorias no seu trabalho?*

ED: Poderia entrar em uma longa lista, mas não vou fazer isso. Vou assinalar o seguinte: vim de uma formação marxista, apesar do fato de ter estudado o mestrado e o doutorado em duas instituições tidas como conservadoras. Quero ressaltar isso – e acho que é bom para diluir um pouco essa ideia de que o estudo nos Estados Unidos é liberal, é institucionalista. O mestrado de Belo Horizonte era conhecido por ser quantitativista, mas nós líamos "O Capital" quase de cabo a rabo, graças a um professor que também foi aposentado em 1968. E, em Stanford, na Califórnia, por incrível que pareça, essa formação se aprofundou, muito por causa do contexto específico em que estávamos inseridos: com um orientador que se radicalizava; o clima da época – inclusive a guerra do Vietnã, protestos de vários tipos –; a articulação que fizemos com estudantes latino-americanos que promoviam movimentos sociais, os "chicanos", os porto-riquenhos, as atividades de resistência que fazíamos lá contra a ditadura... Enfim, foi uma experiência muito única em termos das experiências mais comuns de quem estuda nos Estados Unidos. Portanto, vim fortemente dessa formação. Nesse sentido, as três influências marcantes que vou mencionar são autores que contribuíram um pouco para revisitar essa formação de uma forma bastante crítica. São, evidentemente, em primeiro lugar,

o Gramsci, do qual a leitura que faço é bastante distante do marxismo clássico, inclusive sob a lente da construção democrática; o E. P. Thompson que, para mim, foi um divisor de águas nessa questão de uma visão mais crítica do marxismo ortodoxo; e o Raymond Williams, por como conseguiu juntar a questão das relações entre cultura e política com uma problemática mais ampla de uma maneira extremamente criativa, inteligente e sofisticada. Basicamente, em termos de grandes autores, posso dizer que essas foram as influências que mais me marcaram. Me marcaram, também, influências no Brasil. Queria até fazer justiça, porque tem uma pessoa que me influenciou muito quando começo a trabalhar melhor essas questões da democracia, da cidadania, que é a Vera da Silva Telles. Ela me inspirou muitíssimo, junto com outros autores e colegas brasileiros.

FCRR: *Você faz uma leitura muito peculiar desses autores internacionais que citou – o Gramsci, o Thompson e o Raymond Williams. É uma singularidade sua essa junção que faz dos três, a sua leitura sobre eles e como você os utiliza, não?*

ED: Isso fica para os outros decidirem o quão singular é (risos). Sinto que tem certa singularidade para o mal e para o bem, porque não é uma leitura muito compartilhada entre alguns dos analistas mais consagrados do Gramsci, pelo menos no Brasil. Acho que a leitura mais difundida do Gramsci certamente não é a minha.

FCRR: *Você contou com apoio financeiro institucional para seguir nas áreas de pesquisa que lhe interessavam durante a sua trajetória?*

ED: Sim, contei, felizmente. Contei até com apoios de outra natureza. Não me lembro quando exatamente começou, mas tive bolsa do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] de produtividade e pesquisa há até o ano passado, quando decidi abdicar dela, e sempre uma bolsa boa, o que me ajudou muito em projetos individuais. O financiamento mais importante que tive foi o da Fundação Ford, que me convidou para coordenar, no Brasil, um projeto internacional imenso chamado "*Civil Society and Governance*" que, como eu discordava claramente dessa palavra "*governance*" – e que mais tarde, no fim dos anos de 1990, a palavra se tornou meio lugar-comum, mas naquela época possuía uma marca muito clara da sua origem neoliberal –, no Brasil, a pesquisa se intitulava "Sociedade Civil e Espaços Públicos". O projeto reunia 21 países e me abriu muitas parcerias, muitos contatos internacionais. Houve uma sequência desse trabalho com um novo financiamento da Ford – já que a pesquisa foi muito bem sucedida, publicada etc. – para discutir essas mesmas questões na América Latina junto com dois colegas latino-americanos que coordenaram o primeiro projeto nos seus respectivos países: Aldo Panfichi, no Peru, e o Alberto Olvera, no México. Este segundo projeto produziu pesquisas sobre vários países da América Latina e abriu muitas portas e parcerias, fazendo também com que eu retomasse o interesse pelo continente, que tinha sido o meu "foco geográfico" durante a experiência do doutorado na Califórnia. Tivemos, também, com outros colegas da área de Cultura e Política no Doutorado em Ciências Sociais um apoio importante da Fundação Rockefeller. E participei de projetos internacionais, financiados por instituições várias: na Holanda, no *Institute of Social Studies*; na Inglaterra, no *Institute of Development Studies*; na França, com o apoio da *Maison des Sciences de l'Homme*. Isso me possibilitou uma circulação internacional bem interessante e acabei, meio fortuitamente, tendo trabalhos publicados em uns 22 países! E os apoios de outra natureza, possibilitados pelo financiamento a que me referi antes, foram a oportunidade de juntar pessoas, alunos e ex-alunos, em torno desses projetos. Formamos coletivos de pesquisa que foram, do meu ponto de vista, uma experiência fundamental tanto para mim, quanto para as pessoas que participaram. Essa foi uma fase muito boa na minha trajetória, muito produtiva, estimulante e acho que rendeu muitos frutos. É uma coisa que me deixa muito feliz.

FCRR: *Você se refere, particularmente, àquele grupo de construção democrática da Unicamp?*

ED: Isso, o GECD, Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática.

FCRR: *Agora vamos falar da relação entre a sua trajetória acadêmica e a sua vida privada. Como a sua trajetória profissional foi, se foi, afetada por sua vida privada e vice-versa?*

ED: Acho que tenho uma trajetória um pouco excepcional nessa história. Excepcional no sentido de exceção mesmo, não no sentido qualitativo, digamos assim. No sentido de que ela difere um pouco do que é a experiência generalizada das mulheres na sua vida profissional. Por quê? Em primeiro lugar, não tive filhos. Já imbuída, desde muito jovenzinha, pelas ideias feministas, decidi que não ia ter filho só porque era isso que se esperava de mim, mas sim se tivesse vontade de tê-los; e fiquei esperando que a vontade aparecesse, porém como ela nunca apareceu não tive. Isso já é uma característica fundamental na experiência da vida privada, o quanto ela afeta ou deixa de afetar a vida profissional. Em segundo lugar, tive muita sorte nos meus parceiros. Essas relações foram muito fortemente marcadas por uma visão igualitária do que são as relações amorosas de autonomia e de respeito aos caminhos de cada um. E igualitária no sentido, inclusive, de divisão do trabalho no âmbito doméstico. A pressão normal que as mulheres profissionais têm, a dupla jornada, a sobrecarga de trabalho nunca me afetou, tenho que reconhecer que sou uma exceção nesse sentido. É verdade que a carreira profissional acaba te obrigando – e especialmente em uma circunstância como a minha, em que não há fortes demandas do lado da vida privada como filhos ou maridos exigentes –, te empurrando para um excesso de trabalho e isso, mal ou bem, com situações mais ou menos favoráveis, acaba também afetando a vida privada. Embora não tenha vivido situações muito conflitantes entre vida privada e vida profissional, acompanhei muito de perto alunas e colegas que tiveram conflitos muito significativos. Apesar de não ter vivido isso como uma experiência própria, certamente me dei conta, desde logo, da intensidade que esses conflitos podem assumir. Por exemplo, tive alunas que interromperam as suas pesquisas por conta de gravidez, de filhos e viveram angústias muito grandes para poderem retomar a questão da pesquisa e a carreira profissional. Ou seja, essa tensão, essa divisão, muitas vezes dolorosa entre essas demandas de ordem diferente não é uma novidade para mim, mesmo não tendo vivido isso pessoalmente.

FCRR: *Mas você não se sentia mais exigida ou mais demandada justamente pelo fato de você não ter filhos? Ser vista como mais disponível para assumir mais coisas?*

ED: Talvez um pouco sim, mas não de uma maneira muito forte, pelo menos que me lembre, já que não me lembro de ver isso verbalizado. No instituto, na Unicamp, tinha outra inflexão (risos): os que moravam em Campinas e os que não moravam.

FCRR: *Ah, tinham outras divisões...*

ED: É. Antigamente era a grande maioria que não vivia na cidade, então você era mais exigida porque, afinal, morava em Campinas. Não tinha a ver diretamente com a vida privada, embora em certo sentido até tivesse.

FCRR: *Você acredita que a relação entre vida privada e atuação profissional se dá de maneira semelhante com seus colegas homens?*

ED: Não, claro que não. Obviamente não. O complexo cultural masculino, se posso chamar assim (risos), certamente não comporta exigências similares. Nesse sentido, evidentemente, embora aos poucos, isso talvez esteja mudando, especialmente entre os intelectuais, as demandas que se fazem

em relação às mulheres são não só muito maiores no âmbito da vida privada, como muito mais exigentes. Isso faz com que os homens tenham uma autonomia e uma liberdade de decidirem sobre seus investimentos profissionais muito maior.

FCRR: *Mas você percebe uma diferença com o passar do tempo, uma mudança nesse sentido?*

ED: Percebo um pouco. Há indicadores, por exemplo, colegas homens que têm que sair mais cedo das reuniões, porque vão buscar os filhos na escola. Mas, seguramente, ainda falta muito para uma mudança significativa.

FCRR: *Isso agora, nesses últimos tempos?*

ED: É, nos últimos tempos. Otimistamente, quero enxergar essas pequenas mudanças, mas o que ainda domina são os papéis claramente definidos, ou seja, o lugar do homem é o público, é a carreira, o trabalho, enfim, a profissão; e o lugar da mulher continua sendo o privado, o doméstico, o lar, que pode ser provisoriamente deixado de lado em nome de uma carreira profissional, mas ele está sempre lá. Essa bipolaridade, digamos assim, como regra ainda para as mulheres, acho que está sendo cada vez mais motivo de tensão e conflito.

FCRR: *Você estava falando das exigências. No âmbito profissional, você acha que era mais exigida, que tinha que ser mais rigorosa academicamente que os seus colegas homens, pelo fato de ser mulher?*

ED: Acho que isso era e, na verdade, ainda é, na minha experiência, internalizado no sentido de não lembrar de ter visto essa cobrança nos colegas homens. Eu internalizava essa cobrança e quando falo no excesso de trabalho, no "workaholismo" meu e das mulheres em geral, acho que tem a ver com isso. Você tem que dar o seu melhor – para usar um chavão. Você se cobra muito e é isso que acarreta o excesso de trabalho, é isso que quero dizer com a internalização dessa cobrança. Honestamente, não consigo identificá-la no âmbito externo, mas certamente identifico dentro de mim. Estava tentando me lembrar, ao longo da minha experiência, de situações discriminatórias nas quais a questão do gênero teria aparecido e acho curioso, pensando um pouco, de como ela sempre esteve misturada com outras dimensões, especialmente com a questão do poder e a questão das visões políticas. Lembro de ser interpelada por um colega famoso, já morto aliás, que me perguntou por que eu ficava dando esses cursos sobre esses atores marginais, como os movimentos sociais, dentro daquele eixo fundamental da Ciência Política na Unicamp que era o Estado e a classe operária. Movimentos sociais, portanto, eram questões sem importância. Também acho que a questão das relações entre cultura e política era vista como uma questão marginal, não era, pelo menos eu sentia, valorizada ou avaliada de maneira positiva naquele contexto. Isso mudou muito. E a questão do poder, a única experiência que poderia chamar de assédio, já há muitos anos, nos anos 1990, foi uma experiência que, naquele tempo, não se chamava assédio, se chamava "cantada". E com a recusa da cantada, ela voltou em forma do exercício de poder, porque, nessa experiência, quando esse meu colega se viu recusado, ele tentou me oprimir politicamente e se deu mal, felizmente, porque era um âmbito público, a congregação, ele foi extremamente agressivo e autoritário e teve que se desculpar publicamente depois. Isso um pouco mostra, em termos micros de uma experiência particular e pessoal, uma coisa mais geral que é como a relação entre os gêneros tem como seu fundamento, na verdade, muito mais que a moralidade, a questão do poder, a questão política. Eu poderia desdobrar um pouco mais isso pensando a questão do assédio sexual hoje em dia, que muito frequentemente é visto em termos da moralidade ou do sexo estritamente, quando, no fundo, sabemos muito bem já que é a questão do poder que está em jogo.

FCRR: *Voltando à questão colocada pelo seu colega, será que era só uma questão de gênero, por você ser mulher, ou também pelo predomínio de uma visão que enxergava os movimentos sociais como subproduto da luta de classes, pois o que interessava mesmo era o operariado?*

ED: Acho que sim pelo seguinte, aliás, até me atrevi a escrever uma nota de pé de página sobre isso, não em relação aos movimentos sociais, mas à questão da cultura. Naquele artigo do livro com a Sonia Alvarez, "Culturas da Política, Políticas da Cultura", quando discuto um pouco como a questão das relações entre cultura e política se transformou na América Latina, muito sob uma influência do pensamento gramsciano, menciono como antes disso a questão da cultura sempre foi subalterna. As pessoas, no finalzinho dos textos, se achavam na obrigação de falar sobre a cultura e incluíam um paragrafozinho sobre o tema. E, voltando a Califórnia, quando tivemos uma experiência coletiva com esse grupo que mencionei de estudantes latino-americanos, junto com os brasileiros que estavam lá, tivemos, também, uma experiência coletiva de pesquisa, de produção de textos e publicamos um livro. Havia certa divisão de trabalho, trabalhávamos, naquele período, com uma visão bastante radical da teoria da dependência: "Quem vai trabalhar sobre o Estado?", "Quem vai trabalhar sobre as relações econômicas?", "E quem vai trabalhar sobre a cultura?". Eu era a única mulher do grupo e, para fazer justiça, é verdade que o meu interesse sobre a cultura e as relações com a política já vinha de antes, do mestrado, não houve imposição nenhuma, foi a minha escolha autônoma. Mas, por outro lado, não é de todo irrelevante o fato de que a única mulher do grupo fosse aquela a escrever o capítulo sobre a questão da cultura. Acho que sim, tem uma relação que não é explícita, mas acho que, na cabeça do meu colega... Me pergunto se ele faria a mesma observação para um colega homem.

FCRR: *Mas, naquela época, havia homens que trabalhavam com cultura e política?*

ED: Não, nem sobre movimentos sociais; na política da Unicamp não se fazia isso. Falei, lá no princípio, que esses focos fundamentais do que era a concepção do mestrado e da Ciência Política da Unicamp, o Estado e as classes sociais, me oprimiam um pouco. E a opressão era porque os meus interesses fundamentais, apesar da inflexão na tese, em que fui estudar um pouco o Estado, não cabiam dentro desse projeto. Os sentia como pouco valorizados, como marginais – o que, na verdade, me deu mais pique para tratá-los.

FCRR: *E pensando em outras mulheres pioneiras na Ciência Política, de modo generalizado, você acha que havia uma divisão por gênero das temáticas da Ciência Política? Isso mudou com o tempo? O que acha?*

ED: É uma questão delicada essa. Diria que, em um período inicial, não havia essa divisão, mas pouco a pouco ela começou a existir. Quando penso no período inicial, nos primeiros anos de *campi*, acho que homens e mulheres estavam estudando as mesmas coisas, não me lembro de grandes exceções. Mas, progressivamente, essas questões se alteraram. É complicado, não sei se é possível fazer essa distinção com muita clareza, ou seja, por exemplo, "os homens são institucionalistas, as mulheres não são". É difícil. Acho que esse projeto vai ajudar bastante a esclarecer um pouco essas opções de trabalho por gênero, porque não tenho muita clareza sobre isso. Acho que precisa muito mais informação sobre o quanto a distinção de gênero afetou as escolhas teóricas e de pesquisa. Evidentemente, os estudos sobre gênero se iniciaram, obviamente, por mulheres. Aí sim acho que se tem uma divisão clara. Acho também, progressivamente, que os homens começaram a se interessar por essas questões de forma muito minoritária, mas esse processo começa. É muito curioso, meu primeiro marido iniciou o projeto de tese de doutorado, que nunca acabou, sobre as personagens femininas do Érico Veríssimo e participava de um grupo de estudos sobre mulheres da Unicamp que

se chamava onze e meio, porque o meio era ele. Isso foi em 1973, quando chegamos à Unicamp, em diante. E depois, a primeira conversa que tive, em 1978, com quem viria a ser o meu segundo companheiro foi porque ele me pediu referências sobre a "dupla jornada", porque queria escrever um artigo para o jornal do sindicato dos funcionários da Unicamp!

FCRR: *E o que esse grupo produziu?*

ED: Quem estava nesse grupo era a Mariza Correa. Ele juntava, na verdade, pessoas que estavam pesquisando sobre mulheres. Ao mesmo tempo, tínhamos na Unicamp, no instituto, um grupo propriamente feminista, ao qual me agreguei logo que cheguei em 1973, organizado pela Verena Stolcke, que é uma antropóloga. Hoje é Verena Stolcke, antes era Verena Martinez Allier, que, com outros colegas, criou o departamento de Antropologia na Unicamp. Nós tínhamos um grupo daqueles de "*Consciousness Awareness*", eu, ela e as alunas. Uma das coisas frequentes que fazíamos era pesquisar sobre clínicas de aborto confiáveis, porque as alunas precisavam bastante. Não fazíamos pesquisa, fazíamos leituras e discutíamos as experiências pessoais – um modelo clássico desses grupos informais de mulheres, típicos da década de 1970. Começamos lendo "A Revolução Sexual", do Wilhelm Reich.

FCRR: *Como você avalia os caminhos da academia e, mais especificamente, o caminho da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas? Quais foram, ou são, suas virtudes e limites?*

ED: Não tenho uma reflexão muito elaborada sobre isso, mas vejo, fundamentalmente, um caminho, felizmente de abertura e de diversidade. No início do seu percurso, acho que a Ciência Política brasileira estava organizada de maneira bastante monolítica, ela estava organizada – usando uma expressão menos vernácula – em "panelas", em grupos determinados que eram monolíticos internamente e que não conversavam entre si. Acho que a USP [Universidade de São Paulo] representava, até como pioneira na pós-graduação em Ciência Política junto com Belo Horizonte, um desses polos e o Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio] rapidamente começou a representar outro. E havia, enfim, a Unicamp que, de alguma maneira, embora com menos visibilidade, também representava outro. Tinha essas tendências variadas, porém pobres, poucas, eu diria, e, progressivamente, esse universo se diversificou muito.

FCRR: *Estamos falando de que período?*

ED: Estamos falando dos anos de 1970, podendo pegar a metade de 1960, pois a USP já estava lá, Belo Horizonte também. Mas, até a década de 1980, que marca um pouco o início dessa diversificação. Creio que isso tem a ver com o processo concreto de construção democrática. Têm-se novos contextos, novos atores e isso começa a ser estudado de forma mais sistemática. Teoricamente, há também uma maior multiplicidade de paradigmas, até acompanhada ou provocada, por certa crise dos paradigmas mais tradicionais – vejo um pouco por aí. Há coisas exemplares, a Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] – não lembro exatamente das datas – era extremamente reticente com relação a abrigar grupos temáticos sobre movimentos sociais, participação, sobre construção democrática... Me lembro de várias tentativas que – inclusive desde o IFCH, daquele grupo de pesquisa – foram feitas de proposta dessas novas temáticas e que eram recusadas em nome de temáticas mais clássicas, mais consolidadas.

FCRR: *Isso já nos anos de 1980?*

ED: Não. Isso da Anpocs, penso que seria nos anos de 1990, essas experiências com o grupo se deram no final da década de 1990, até o começo dos anos 2000, eu diria. Mas não tenho muita segurança sobre essas datas todas. Hoje, há uma multiplicidade enorme. No meu campo mais próximo, há "n" experiências que se consolidaram, que se difundiram ao longo desse último período, que eram impensáveis antes.

FCRR: *Por exemplo?*

ED: Estou pensando toda a questão da participação, inclusive, mais recentemente, a participação nas políticas públicas. A mim, me impressiona o fato de aquilo que era uma questão limitada a um grupo específico de pessoas que estudavam a participação nas políticas públicas e que tinham como eixo condutor a questão do aprofundamento e da radicalização da democracia, passou a ser estudado, mais recentemente, por exemplo, por estudiosos das políticas públicas que vêm de outro lugar, com uma outra cabeça e que, finalmente, se deram conta de que a participação nas políticas públicas é uma questão relevante. Estou lembrando dos encontros sobre participação, que já tem uma tradição consolidada, iniciados em Araraquara com o Wagner Romão e que tem se repetido regularmente; e de toda a atividade na Anpocs e, inclusive, na ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política]. Acho que se quisermos pensar a trajetória da Ciência Política brasileira, a trajetória da ABCP é exemplar para mostrar como o fechamento da Ciência Política gradualmente se contaminou por outras questões e se deixou caminhar para uma diversidade muito maior.

FCRR: *E esse processo de diversificação da ABCP, você atribui a quê? O que explica essa maior abertura?*

ED: Um pouco o que estávamos falando, de uma ação progressiva. Acho que o nosso processo político, social da construção democrática – para dar um nome a ele – empurrou um pouco as pessoas para adotarem outras posições teóricas, a estudarem outros temas e isso, evidentemente, acabou se refletindo na estrutura das associações, da ABCP e da própria Anpocs.

FCRR: *E, na Ciência Política em geral, você acha que é o mesmo processo, ou seja, a ABCP é um reflexo também dessa diversificação do campo da Ciência Política de forma mais ampla no Brasil?*

ED: Acho que sim. Acho que ela tardou, mas chegou.

FCRR: *E quais eram os temas que eram "fechados" dentro da Ciência Política?*

ED: Acho que havia um predomínio institucional e institucionalista, as duas coisas juntas, em que se privilegiava o regime político e as instituições. E o que se tem como núcleo fundamental? Tem partidos, eleições... O próprio Estado, o legislativo, o sistema federativo e por aí afora. Creio que esse núcleo original da Ciência Política foi cedendo lugar, ou, pelo menos, compartilhando o seu espaço com outros tipos de problemática. O próprio reconhecimento da sociedade, não só da sociedade civil, mas da sociedade como o espaço da política, foi um marco importante nessa amplificação e nessa diversificação. E de onde saiu isso? Isso saiu do processo concreto. Os cientistas políticos tiveram que ir lá olhar o que estava acontecendo e isso teve consequências importantes para, evidentemente, os estudos empíricos, mas também para a reflexão teórica da Ciência Política brasileira.

FCRR: *Você acha que isso tem alguma coisa a ver com a questão do modelo americano?*

ED: Por um lado, sim. E por que "por um lado"? Porque, por exemplo, a USP, que foi um núcleo importante de geração de conhecimento na Ciência Política, nunca esteve subordinada ao modelo americano, estava muito mais ligada a outras influências. Mas acho que sim, o modelo americano teve uma influência grande.

FCRR: *Com relação aos limites da Ciência Política no Brasil...*

ED: De novo, não tenho uma reflexão elaborada sobre isso, pois o campo da Ciência Política nunca me interessou. Sou cientista política de formação, mas essa categoria não expressa a minha identidade, por isso nunca me interessei em pensar um pouco esse processo. Mas há "n" pessoas e mulheres que pensaram isso muito melhor, inclusive uma que acho que já foi entrevistada aqui, a Rachel Meneguello, minha querida amiga. Queria voltar um pouco na questão das influências – depois podemos emendar. Não é à toa que as minhas influências, as que mencionei, não foram cientistas políticos. Um ponto que, para mim, caracterizou durante um longo tempo e continua caracterizando a Ciência Política brasileira e que é, inclusive, defendido firmemente por muitas pessoas, é a questão da fidelidade disciplinar. Acho que os cientistas políticos são demasiadamente cientistas políticos, o que considero um problema na Ciência Política. Se é para assumir alguma identidade, assumo a de, no mínimo, cientista social. Li muita Antropologia, muita história e acho que os cientistas políticos são muito fechados no interior das suas referências disciplinares, acho que isso determina limites muito importantes para a disciplina, inclusive em termos de como entender o que você estava falando antes, a complexidade do processo real.

FCRR: *Mas você não acha que esse fechamento, esse rigor da Ciência Política...*

ED: Não chamaria isso de rigor, mas tudo bem. Pelo menos não em um sentido de rigor, na verdade, é até uma falta de rigor. Mas entendo o que você quer dizer.

FCRR: *...isso não tem a ver com ela ser uma disciplina nova, que quer se firmar com certa autonomia da Sociologia principalmente?*

ED: Com certeza, acho que sim. E é preciso considerar que nesse afã de afirmá-la como disciplina independente, que se assenta sobre os próprios pés, as agências financiadoras tiveram uma influência muito grande. Tem um caso exemplar que demonstra isso, quando o doutorado de Ciência Política da Unicamp emerge contra o programa anterior, que é o programa de doutorado em Ciências Sociais. Isso acontece, de um lado, por conta disso, ou seja, "nós somos uma disciplina e queremos ter, enfim, uma disciplina fundamental, queremos ter o nosso próprio doutorado"; mas por outro lado, também, por uma imposição das agências. E é curioso, porque o resto do mundo caminhou, já nesse período, mais ainda, na direção de uma interdisciplinaridade exatamente para dar conta da complexidade, ela própria sempre crescente, do processo real. A complexidade se multiplicou geometricamente hoje em dia. É espantoso como a Ciência Política evolui. Foi muito bom você ter mencionado isso do espírito de corpo dos cientistas políticos de afirmação da sua própria autonomia. Posso entender isso, mas, bem no fundo, acho um equívoco de base, se é para entender a sociedade no seu todo, com certeza não há disciplina das Ciências Sociais e das Ciências Humanas isolada que possa dar conta do recado. Agora, toda a questão da interdisciplinaridade das Ciências Sociais como um universo único, digamos assim, coloca desafios para os intelectuais que são desafios difíceis. É muito mais fácil dominar o seu próprio quintal e se sentir competente dentro dele, do que se arriscar nos terrenos circunvizinhos.

FCRR: *As experiências internacionais de interdisciplinaridade dentro da Ciência Política, ou com a Ciência Política, a impressão que tenho é que, no Brasil, elas não dão muito certo, ou se mantêm meio...*

ED: Acho que isso tem a ver exatamente com o que você estava falando e com o meu adendo das agências financiadoras que compartilham dessa visão. A interdisciplinaridade não é uma prioridade, muito pelo contrário. Pode ser que cheguemos a algum momento no qual os cientistas políticos e a Ciência Política se sintam seguros o suficiente para transgredir as fronteiras e, certamente, produzir um pensamento muito mais complexo do que têm produzido, e que faça justiça ao entendimento que nós precisamos ter do que está acontecendo aí.

FCRR: *Mas caminhamos ou o Brasil fez um caminho meio na contramão dessas experiências internacionais de interdisciplinaridade?*

ED: Acho que sim, que é na contramão, e temos, como exemplo, a Unicamp. No momento em que as experiências internacionais caminhavam na direção interdisciplinar, o que se enfatizou como prioritário aqui? A afirmação de um doutorado disciplinar.

FCRR: *Isso quando?*

ED: Já há muito tempo. Certamente, quando se criou o doutorado em Ciências Sociais, no meio da década de 1980. Não creio que essas experiências internacionais tenham sido a única ou a mais importante influência na criação do doutorado em Ciências Sociais, mas elas já estavam rolando, eram, digamos assim, a tendência mais vanguardista desse período.

FCRR: *Onde?*

ED: No próprio Estados Unidos, na França – em alguns lugares, como na *École*... Como te disse, não é o meu barato, portanto não sei muito mais. Esqueci de mencionar a criação da área de cultura e política, em 1989, no doutorado de Ciências Sociais, que foi uma iniciativa minha com outros colegas. A iniciativa, de fato, foi minha, foi um momento de legitimação um pouco dessa problemática, e não por acaso ela se dá no doutorado de Ciências Sociais.

FCRR: *E você se recorda se havia outras experiências no Brasil, de ter essa subárea?*

ED: Que eu saiba não.

FCRR: *Foi a primeira.*

ED: É. Deixa eu falar de uma outra experiência: em 1991, estive em um congresso do Lasa [*Latin American Studies Association*], em Washington – foi até quando conheci a Sonia Alvarez –, e me convidaram para debater em um painel em que estavam várias figuras importantes, o chileno [Manuel Antonio] Garretón, o mexicano Labastida del Campo e lembro que fiz um comentário de que, na Lasa, me sentia esquizofrênica, porque em um painel se debatia Estados, partidos e em outro se discutiam os movimentos sociais, com relação aos mesmos contextos, os mesmos países e não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Ou seja, de novo a questão da complexidade, de uma visão mais ampla que desse conta dela. E lembro que foi uma reação muito forte dos cientistas políticos, um pouco porque estavam vendo seus temas preferenciais sendo, de alguma forma, questionados como capazes de fornecer, de ter poder explicativo que esgotasse ou que desse conta dos contextos que estavam sendo tratados. Conheci a Sonia, porque ela ficou muito animada com

essa minha intervenção e veio me procurar. Ela disse: "Nossa, você tem toda razão", inclusive, me disse que essa era a mesma palavra que ela já usava, "esquizofrenia".

FCRR: *Você mencionou isso lá na hora?*

ED: Mencionei e também em relação à Ciência Política. Esquizofrenia da Ciência Política. Talvez não seja muito rigoroso dizer isso, porque os movimentos sociais e essas outras questões, a rigor, não eram propriamente da Ciência Política, mas se propunham como questões necessárias para pensar a questão política, eram da Ciência Política nesse sentido. E foi desse encontro que surgiu o livro "As Culturas da Política e As Políticas da Cultura". Se quisermos pensar um pouco como essa problemática foi importante, esse livro está fazendo 20 anos. Foi lançado em 1998...

FCRR: *Fez 20 anos.*

ED: E ele tem, até o dia de hoje, uma difusão absolutamente extraordinária. Internacional. Porque rodou o mundo...

FCRR: *E continua superatual.*

ED: E continua superatual. Acho que é uma evidência grande dessas transformações no sentido de produzir uma reflexão menos compartimentada.

FCRR: *Mas e depois disso, como ficou essas questões dentro da Lasa, por exemplo?*

ED: Ah, nossa, a questão das relações entre cultura e política se expandiu muitíssimo, até porque entrou outra vertente, que já estava posta naquele momento, mas em uma direção com a qual eu, a Sonia e o Arturo [Escobar] – que somos os organizadores do livro – não simpatizávamos, que são os estudos culturais; e que não se colocava, infelizmente, no campo da Ciência Política, até porque, do meu ponto de vista, havia uma enorme dificuldade dessa vertente, muito marcada pela Antropologia, de lidar com a questão do poder propriamente, mas que expandiram muito essa problemática na literatura, enfim, em vários outros campos. Hoje, é senso comum, acho que está internalizado. Só faltam os economistas.

FCRR: *Outra pergunta, acho que você já respondeu um pouco, queria ver se gostaria de acrescentar mais alguma coisa. Como sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situou nesse quadro mais geral do desenvolvimento da disciplina?*

ED: Eu não sei. A rigor, não sei. Teria que repetir algumas coisas até para falar um pouco desse campo geral da disciplina. Talvez deva reconhecer que houve algum efeito. Fico muito surpresa, por exemplo, há uns dois anos, acho, o mestrado de Belo Horizonte fez aniversário e fui convidada para participar, só que não estaria no país no dia, não poderia ir, e a pessoa que me convidou, que eu não conhecia, disse que meu nome tinha sido sugerido dada a grande influência no programa. E volta e meia recebo convites para seminários que mencionam o fato de que quem indicou meu nome foram os alunos. Estou falando da Ciência Política, não de outras áreas. Há algumas indicações de que toda essa reflexão teve algum retorno, teve algum impacto, digamos assim. Não gosto muito dessa coisa de ficar mencionando os próprios "louros".

FCRR: *Seria mais por essa entrada da construção democrática, das relações entre cultura e política?*

ED: Acho que sim. Hoje, quando olho para trás, todo o meu investimento na questão da cidadania, acho que teve algum impacto, especialmente talvez as coisas publicadas fora, que reaparecem muito frequentemente em referências. Mas o que ia dizer é que quando olho para trás – e à luz da situação que vivemos hoje – me dou conta da importância que essa discussão tinha e como teve resultados práticos extremamente desastrosos; enfim, como ela não conseguiu inspirar uma prática efetiva na disseminação da cidadania na sociedade brasileira. Quando penso nas coisas que escrevíamos sobre isso, na década de 1990, 2000 e o que vivemos hoje, para mim, fica claro que falhamos em contribuir para fazer avançar essa questão em termos da prática política.

FCRR: *Você tem um diagnóstico de por que falhamos?*

ED: Isso vai nos levar muito longe.

FCRR: *Em poucas palavras não dá.*

ED: Não, acho que as instituições com as quais contávamos falharam – estou me referindo, especificamente, a partidos políticos que poderiam ter investido mais nessa bandeira. Tem outra coisa que não disse, não sei se cabe em algum lugar, quando falo das minhas escolhas etc., que é o quanto o processo real, as sensações, os sentimentos que tinha a respeito dele, inspiraram essas escolhas. Nunca fui capaz, por exemplo, de estudar a direita. O fato de que o regime e as instituições nunca me interessaram tem a ver um pouco com essa aposta política na possibilidade da construção democrática e, portanto, da construção de uma sociedade mais igualitária. Investir naquilo que me parecia útil no sentido da construção desse tipo de sociedade. Isso eu acho que é muito claro e que foi uma marca do meu trabalho, sempre me senti assim.

FCRR: *Como você avalia a sua condição de mulher na academia, especificamente na Ciência Política? Já falamos um pouco disso, quer acrescenta alguma coisa?*

ED: Já falamos... Da perspectiva de gênero, talvez haja uma coisa que valesse a pena mencionar, porque faz parte também desse processo de transformação. Pessoalmente, mudei muito ao longo do... Isso é um pouco óbvio de dizer, porque, enfim, você vive uma vida inteira e muda muito; mas em relação a uma coisa específica, que é a capacidade de expressar as minhas ideias de forma mais afirmativa em contextos públicos. Isso para dizer que, quando digo que no meu departamento de Ciência Política me sentia, no início, meio subalterna, que havia um setor hegemônico em que eu não estava por várias razões, também tem que se registrar o fato de que eu quase não abria a boca. Não era uma pessoa que contribuísse, efetivamente, em termos de manifestar as minhas posições, levei muito tempo até conseguir fazer isso e acho que é sim uma questão de gênero. Há exceções, havia e há mulheres que não possuíam o menor problema em se desempenhar publicamente em uma direção mais afirmativa, mas acho que a regra é outra. Lembro de, religiosamente, iniciar as minhas aulas, especialmente na graduação, dizendo que esperava ouvir vozes femininas, porque quase não se ouvia, inclusive na pós-graduação. Creio que caminhamos todas em uma direção um pouquinho mais igualitária em relação a isso, mas, na minha experiência pessoal, levou muito tempo. Não sei como se modificou, se é a maturidade, a quantidade de trabalho que se produz que dá mais segurança, mas o fato é que se eu pensar em como me sentia na década de 1970, quase 1980, no interior dos espaços acadêmicos, é radicalmente diferente de como passei a me sentir depois.

FCRR: *E como era a divisão de gênero dentro da graduação e da pós-graduação? Teve uma mudança com o tempo?*

ED: Você diz em termos quantitativos?

FCRR: *Isso!*

ED: Não, porque era uma graduação em Ciências Sociais, era procurada por mulheres... Não tenho informação, mas muitas mulheres com certeza. Mas acho que era mais ou menos igualitário. Agora, se você pensar quem eram os alunos que falavam dentro de aula, em geral, como regra, eram os meninos.

FCRR: *E na pós-graduação em Ciência Política? Não é uma coisa visível, uma diferença quantitativa de gênero?*

ED: Não... De novo, teria que fazer uma pesquisa, pois é uma informação que não tenho. Na minha memória, era mais ou menos igualitário também.

FFCRR: *Como você avalia, ou percebe, a importância que adquiriram as demandas relacionadas a gênero nos últimos anos no mundo do trabalho, inclusive nas nossas instituições, a exemplo das cotas, das denúncias de assédio...*

ED: Evidentemente, as demandas têm uma importância fundamental. E se posso considerar que houve algum avanço na questão da construção da cidadania – que estávamos comentando antes – é nessa direção: na direção do gênero, da raça etc. É um processo difícil, não só pelos embates que enfrenta e pelas ameaças de recuo que está enfrentando nesse momento – o que me preocupa muito, porque acho que são graves –, como também na tentativa de encontrar parâmetros adequados para lidar com esta questão. O que estou querendo dizer? Que é preciso tomar muito cuidado com os extremos e também com o foco que se adota. Não sou especialista nisso, não tenho condições de elaborar melhor, mas acho que há questões que são complicadas e que precisam ser pensadas e repensadas com muito cuidado, a questão da vitimização, o fato de colocar as questões do abuso sexual, por exemplo, no terreno da moralidade e não no terreno do poder e da política – que é onde acho que devem ser colocados. De qualquer maneira, em termos, de novo, da construção democrática e da cidadania, acho que esse processo, que só se tornou concreto por conta dos movimentos sociais que agiram em torno dele – é bom que se reafirme isso –, talvez, seja uma das poucas dimensões que me deixam entusiasmada nesse momento tão trágico em que vivemos.

FCRR: *Você já enfrentou situações difíceis por ser mulher no exercício da sua profissão?*

ED: Já mencionei pelo menos duas, mas, certamente, incomparáveis com a maioria das mulheres profissionais na Ciência Política. Novamente, assim como acompanhei situações de conflitos entre a vida privada e profissional de outras pessoas, também acompanhei situações de discriminação e agressividade sofridas por colegas mulheres no interior do departamento. Certamente existiram. Parece que, às vezes, a testosterona e a Ciência Política andam de mãos dadas (risos).

FCRR: *Obrigada, professora Evelina.*